

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.055

# OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Dayane Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo aborda a complexidade enfrentada pelos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Fortaleza, Ceará, objetivando, especificamente, identificar os desafios enfrentados por esses docentes, que são essenciais na identificação e atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial, que demandam articulações entre as equipes pedagógicas e as famílias para desenvolver Planos de Atendimento Educacionais, visando garantir uma educação inclusiva e de qualidade. No entanto, são diversos os desafios que impactam sua prática, tais como a escassez de profissionais qualificados, aliada à alta demanda de alunos, que resulta em sobrecarga de trabalho e dificuldades na implementação de qualidade do AEE. A investigação pauta-se na abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, a partir da qual se empreendeu pesquisas nas plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e Science Direct do último triênio, usando uma combinação de palavras-chave para embasar os objetivos do estudo. Concluiu-se que iniciativas locais têm sido desenvolvidas para melhorar o AEE em Fortaleza, porém, muito ainda deve ser feito. A sobrecarga administrativa, a alta demanda, falta de profissionais, adoecimento, barreiras e a carência de recursos didáticos adequados também são questões a serem abordadas. É necessário investir na melhoria das condições de trabalho desses profissionais, fornecer recursos adequados e oferecer formação continuada e acadêmica de qualidade.

**Palavras-chave:** AEE, Articulação, Desafios, Inclusão, Educação.

<sup>1</sup> Professora Pedagoga da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Pedagoga e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; E-mail: dayaneribeirods02@gmail.com;

## INTRODUÇÃO

De modo geral, os desafios e/ou dificuldades da atuação do professor são muitos, mas ao tratar sobre o professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE, estas dificuldades apresentam-se em diferentes aspectos similares às do professor comum, tais como: angústias com a formação, remuneração inadequada, excesso de estudantes para um único professor acompanhar, cultura escolar e a ausência de estratégias de fortalecimento da parceria entre professores, família e gestão, etc.

As angústias com a formação são diversas e perpassam todas as questões supracitadas, mas principalmente a incapacidade de se sentir apto para o trabalho. Muitos professores relatam que sua formação não foi suficientemente abrangente para prepará-los para as demandas da inclusão. Quando se trata do AEE, no mínimo, exige-se uma formação na área da Educação Inclusiva, justamente para preparar teoricamente para a práxis, porém, na realidade, enseja-se insuficiente frente a uma realidade repleta de desafios, pois o professor não necessita apenas de formação teórica, mas também teórico-prática juntamente aos subsídios contextuais, financeiros, etc. Possa e Pieczkowski (2020) atestam que as narrativas presentes nas instituições escolares e nas políticas públicas de inclusão levam a um recenseamento e aprisionamento para controlar riscos e subjetivar as pessoas. As autoras deixam clara a importância do serviço e das políticas de inclusão e explicam a relevância de esclarecer as fragilidades desses dois vetores para que uma educação inclusiva e com equidade seja efetivada. Ainda relatam que reconhecer tais problemas é uma maneira de evidenciar aquilo que está naturalizado.

A sensação de despreparo pode intensificar o sentimento de desvalorização profissional, que é ainda mais agravado pela questão da baixa remuneração. Por isso, Barbosa (2011), ao versar sobre os salários dos professores brasileiros e as implicações para a prática docente, analisada através de diferentes fontes, afirma que os salários são considerados baixos, sendo esse um dos motivos da precarização do trabalho docente e um dos aspectos mais relevantes para a falta de atratividade com a profissão, além da dificuldade em manter profissionais de qualidade motivados e atuantes.

Portanto, a baixa remuneração ou a remuneração inadequada é um problema generalizado na educação, mas pode ser particularmente desmotivador para os professores de AEE, que lidam com outros desafios como disparidade

entre número de estudantes atendidos por um professor e barreiras na cultura escolar. A baixa remuneração não só desvaloriza o trabalho especializado que realizam, mas também dificulta a retenção de profissionais qualificados e comprometidos com a educação inclusiva. A cultura escolar que por vezes se mostra hostil a esses profissionais que veem a inclusão com uma maneira não efetiva de acesso e garantia de direitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 25, preconiza que “será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento” (BRASIL, 1996).

A supracitada lei não especifica a quantidade de estudantes do AEE, mas é clara em relação à quantidade de crianças que um professor pode acompanhar de forma adequada. Em Fortaleza, Ceará, o número de alunos com deficiência aumentou exponencialmente em relação à quantidade de profissionais atuantes frente ao serviço. Com isso, a disparidade estudantes-professor é uma realidade para muitos professores de AEE, que frequentemente precisam atender a um número de crianças além de suas escassas condições.

Fatores como a falta de gestão do tempo influenciam negativamente no monitoramento da evolução destes alunos. Muitas crianças necessitam de atendimento individual e por muitas vezes o único modo de atuação é trabalhar em pequenos grupos.

Esse cenário, muitas vezes, compromete a qualidade do atendimento individualizado, que é relevante para o progresso dos estudantes. Aliado a isso, o professor é imbuído de realizar diversas etapas para que o atendimento seja efetivado de fato, perpassando vários documentos para enfim conhecer o aluno e ter seu plano efetivado, porém, como há uma disparidade entre quantidade de alunos por professor, essa demanda se torna muitas vezes uma sobrecarga, entre outros fatores que são impostos ao professor e que dele esperam as soluções para os paradigmas da inclusão..

A falta ou sucateamento de recursos materiais e tecnológicos é um obstáculo significativo no trabalho do professor de AEE. Ferramentas adequadas, materiais didáticos específicos e tecnologias assistivas são fundamentais para promover a aprendizagem inclusiva, e a falta desses recursos limita as possibilidades de intervenção. Segundo Figueiredo e Silva (2022), em uma pesquisa comparativa entre o prescrito nas leis e a realidade de escolas nordestinas, encontraram como principais resultados, além da discrepância entre realidade e

legislação, a sobrecarga de trabalho e o adoecimento psicológico dos docentes e por essa razão, destacaram que o contexto escolar e social muitas vezes não é favorável à inclusão e mencionam problemas como barreiras arquitetônicas, preconceitos e falta de compreensão sobre a importância do AEE, que podem, por sua vez, dificultar a implementação de práticas inclusivas. Além disso, a falta de políticas públicas eficazes e de um suporte institucional agravam os desafios enfrentados.

A colaboração entre professores de AEE, professores das salas regulares, famílias e gestores escolares é necessária para a efetivação da inclusão. No entanto, a falta de comunicação e parceria pode dificultar o desenvolvimento de estratégias conjuntas, necessárias para atender às necessidades dos estudantes de forma holística. A construção de uma rede de apoio sólida requer tempo, esforço e comprometimento de todas as partes envolvidas.

Guimarães (2016) versa especificamente sobre a relação do professor do AEE e do professor do ensino comum que perpassa muitos desafios como a incompatibilidade de horário entre os professores, a formação do professor do ensino comum. Anjos, Vasconcelos e Caliman (2021) dissertam sobre a relevância da colaboração entre os atores escolares para o sucesso da inclusão. O professor da sala comum sente-se incapaz para lidar com as demandas da inclusão, com o elevado número de estudantes com deficiência, autismo e outros transtornos e com a ausência de projetos políticos coadunados com as necessidades.

Para embasar o escopo teórico pertinente aos objetivos, uma revisão de literatura foi empreendida a partir de buscas nas plataformas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Science Direct* do último triênio, usando uma combinação de palavras-chave. Foram selecionados artigos pelo critério de temporalidade, a fim de assegurar um escopo recente e o critério de similaridade com a temática.

Esta pesquisa é relevante devido ao seu caráter bibliográfico. Este tipo de pesquisa, de acordo com Vosgerau e Romanowski (2014) é importante por reunir em um único acervo o que há de mais atual nas produções acadêmicas e científicas sobre o tema proposto. As buscas revelaram um incipiente número de estudos dentro do tempo estabelecido.

Portanto, como é uma temática pouco explorada, faz-se necessário dar voz aos professores do AEE. Deste modo, objetivou-se abordar a complexidade enfrentada pelos professores que atuam no Atendimento Educacional

Especializado (AEE) em Fortaleza, Ceará, especificamente com o intuito de identificar os desafios enfrentados, através de uma revisão de literatura, identificando a realidade de uma professora do AEE da rede municipal de Fortaleza.

Concluiu-se que iniciativas locais têm sido desenvolvidas para melhorar o AEE em Fortaleza, porém, muito ainda deve ser feito. A sobrecarga, a alta demanda de crianças, falta de profissionais, a carência de recursos didáticos adequados, adoecimento psíquico e desvalorização social também são questões a serem abordadas. É necessário investir na melhoria das condições de trabalho desses profissionais, fornecer recursos adequados, mudanças na cultura escolar e nas atitudes da comunidade escolar que não compreendem o trabalho do professor do AEE e oferecer formação teórico-prática continuada de qualidade.

## METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem metodológica que integra duas vertentes complementares: a revisão de literatura e o memorial descritivo. A combinação dessas metodologias permitiu uma análise dos desafios enfrentados pelos professores do AEE na rede municipal de Fortaleza.

Para embasar o estudo, foi realizada uma revisão de literatura de caráter qualitativo (OLIVEIRA, 2011 e MARTINS, 2004). A busca por referências foi conduzida nas plataformas CAPES, SciELO e *Science Direct*, com foco em publicações dos últimos três anos (2022, 2023 e 2024).

A escolha desse período visou garantir que as informações utilizadas fossem as mais atuais e relevantes para o tema. Foram utilizadas palavras-chave como “professor do atendimento educacional especializado”, “desafios”, “atuação” e “salas de recursos multifuncionais - SRM” para direcionar a pesquisa.

No portal CAPES, foram encontradas 30 pesquisas, das quais, após a leitura dos resumos, dois estudos foram selecionados por apresentarem uma relação teórica relevante com a temática. Na plataforma SciELO, sete pesquisas foram encontradas, e uma foi selecionada por sua pertinência ao tema. No *Science Direct*, foram encontradas 25 pesquisas, tanto em português quanto em inglês. No entanto, nenhuma delas se relacionou diretamente com os objetivos deste estudo.

No total, três estudos foram selecionados e lidos em sua integralidade, fornecendo uma base teórica para a análise dos desafios enfrentados pelos professores de AEE. Um estudo adicional foi considerado devido à relevância da

temática, mesmo não estando dentro do critério temporal do triênio, mas não foi contabilizado no quadro de pesquisas.

A segunda etapa da metodologia envolveu a elaboração de um memorial descritivo, conforme orientações de Cintra (2020), com base na prática pedagógica da pesquisadora como professora do AEE na rede municipal de Fortaleza. Essa abordagem permitiu uma imersão direta no ambiente educacional, possibilitando uma reflexão crítica sobre as práticas e interações cotidianas.

Durante o período de vivência, foram documentadas em um diário as interações com os estudantes, os recursos disponíveis, as condições de trabalho e a colaboração com outros professores, a gestão escolar e as famílias. Essa autor-reflexão favoreceu uma compreensão dos desafios enfrentados, permitindo que a experiência pessoal da pesquisadora fosse analisada à luz da teoria levantada na revisão de literatura.

Apesar dos benefícios dessa abordagem, algumas limitações devem ser reconhecidas. A seleção de estudos baseada no último triênio pode ter excluído pesquisas relevantes, mais antigas, que ainda poderiam contribuir significativamente para o entendimento dos desafios do AEE. Além disso, a inclusão de apenas três estudos na revisão de literatura limita a abrangência da análise teórica. Embora um estudo adicional tenha sido incluído fora do critério temporal, a restrição das fontes pode ter limitado as análises.

Outra limitação diz respeito ao caráter subjetivo do memorial descritivo. A experiência pessoal da autora pode introduzir vieses que não refletem necessariamente a realidade de outros professores do AEE em contextos diferentes. O uso de um único contexto escolar (a rede municipal de Fortaleza) também limita a generalização dos resultados para outras regiões ou sistemas educacionais.

Em suma, a metodologia adotada permitiu uma análise dos desafios enfrentados pelos professores de AEE, mas suas conclusões devem ser interpretadas a partir de uma análise micro. Futuros estudos poderão expandir o escopo temporal e incluir uma amostra maior e mais diversificada de estudos, além de múltiplos contextos escolares, para validar e expandir os achados apresentados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surgiu como uma resposta às demandas por uma educação inclusiva e equitativa, refletindo a evolução das políticas públicas voltadas à educação especial no Brasil. Historicamente,

a educação para pessoas com deficiência passou por diversas fases, desde a segregação em instituições especializadas até a atual política de inclusão em escolas comuns.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida em 2008, (BRASIL, 2008) foi um marco importante que consolidou o AEE como um direito dos estudantes com deficiências. Essa política reforçou a necessidade de reorganizar o sistema educacional para incluir todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas.

Com o avanço dessa política, o AEE foi implementado em escolas comuns por meio de salas de recursos multifuncionais, espaços que oferecem suporte pedagógico especializado para complementar e/ou suplementar à escolarização comum. A Prefeitura de Fortaleza, seguindo essas diretrizes nacionais, estruturou o AEE de acordo com um caderno de orientações pedagógicas, que é revisado e atualizado anualmente para assegurar a aderência às legislações vigentes e às necessidades emergentes dos estudantes. O AEE tem como objetivo:

[..] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes, com vistas à autonomia e independência na escola e além dos muros dela. (Fortaleza, 2024, p. 6)

Essa evolução reflete um movimento global em direção à inclusão, que visa garantir o acesso universal à educação e a participação plena de todos os estudantes no ambiente escolar. O AEE, portanto, não apenas reconhece a diversidade dos estudantes, mas também busca eliminar as barreiras que impedem seu pleno desenvolvimento, promovendo sua autonomia e independência dentro e fora da escola.

A trajetória do AEE é, assim, parte de um esforço contínuo para transformar a escola em um espaço inclusivo e acessível, onde a educação de qualidade seja um direito de todos, e não um privilégio de alguns. Essa evolução também evidencia a importância de políticas públicas comprometidas com a inclusão e com a valorização da diversidade humana.

Diante disso, iniciou-se as pesquisas bibliográficas para compreender a realidade existente e traçar um paralelo com que vem sendo pesquisado, evidenciar os desafios da profissão, comparar se os desafios são similares ao do professor da sala comum etc. Assim como está no quadro abaixo a relação das pesquisas selecionadas separadas pelo título/ ano, autores, e síntese.

**Quadro 01** - Relação das pesquisas selecionadas

Título	Autores	Síntese
<b>Professores ingressantes no atendimento educacional especializado: vozes registradas em cartas narrativas (2024)</b>	OLIVEIRA, A. de S., SOLON, T.F., & FALCÃO, G. M. B.	Vivenciam o início de suas carreiras e atuam no enfrentamento aos desafios da profissão.
<b>A formação do professor no âmbito do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (2022)</b>	SILVA, J.P.A. da; ALVES, P.S.D.; SOARES, Z.C.B.	Desafios estruturais, remuneração defasada, baixa valorização social.
<b>Desafios do fazer docente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) (2022)</b>	FIGUEIREDO, S.L. de., & SILVA, E.F. da.	Relação entre a legislação e a realidade do trabalho nas salas de recursos multifuncionais

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

A análise dos três artigos selecionados permite uma compreensão dos desafios enfrentados pelos professores de AEE, destacando diferentes aspectos de sua prática docente no contexto das salas de recursos multifuncionais. Cada estudo aborda questões distintas, porém interligadas, que, em conjunto, destacam as dificuldades encontradas por esses profissionais no exercício de suas funções.

O artigo intitulado *Professores Ingressantes no Atendimento Educacional Especializado: Vozes Registradas em Cartas Narrativas*, de Oliveira Neta, Solon e Falcão (2024), explora as experiências dos professores que estão iniciando suas carreiras no AEE. Utilizando cartas narrativas, os autores capturam as vozes e emoções desses profissionais, revelando as dificuldades e desafios emocionais que permeiam o começo de suas trajetórias. Um dos principais pontos destacados é a inadequação da formação inicial, que, segundo os autores, não prepara adequadamente os docentes para as demandas específicas do AEE. Essa insuficiência na preparação teórico-prática resulta em sentimentos de insegurança e vulnerabilidade, afetando tanto o desempenho quanto o bem-estar dos professores. A relevância desse estudo reside na humanização do discurso sobre os

desafios do AEE, ao dar voz aos professores e iluminar as barreiras emocionais e estruturais que enfrentam.

Os resultados da pesquisa revelam que o ingresso no AEE é um processo multifacetado que envolve uma série de desafios e experiências. As professoras relataram diversos elementos que influenciam sua atuação, incluindo a escolha pela Educação Especial, as angústias e inseguranças associadas à nova função, e as contribuições da formação continuada para superar esses desafios.

A análise das cartas narrativas mostrou que o início da carreira no AEE é marcado por um período de adaptação, onde os novos professores enfrentam dilemas relacionados à sua prática e à gestão das salas de recursos multifuncionais.

O estudo enfatiza a importância de programas de indução profissional que ofereçam suporte contínuo e escuta ativa aos professores. Tais programas são considerados essenciais para ajudar os novos profissionais a lidar com as dificuldades e ansiedades associadas ao seu trabalho, facilitando sua integração e desenvolvimento profissional. A pesquisa sugere que, para melhorar a eficácia do AEE e apoiar adequadamente os professores, é fundamental que as redes de ensino brasileiras implementem estratégias que considerem as experiências e necessidades específicas dos professores em início de carreira.

Nesse cenário, em Fortaleza, os professores do AEE enfrentam uma realidade diversa, pois em cada escola a cultura escolar é diferente da outra e as experiências que cada professor tem são subjetivas, mas de modo geral os professores do AEE passam por diversas angústias iniciais que geram dúvidas quanto ao trabalho: se dará tudo certo?, se conseguirá se articular com os outros professores e demais membros da equipe escolar?, se dará conta da burocracia necessária para um bom atendimento?, se dará conta da quantidade de crianças que precisa atender? e etc., além das dúvidas sobre como eliminar barreiras consolidadas naquele ambiente como o atendimento às famílias, o tempo, a resistência do atendimento no contraturno entre outros. Destarte, no segundo artigo, algumas dessas perguntas são respondidas.

O segundo artigo, *A Formação do Professor no Âmbito do Serviço de Atendimento Educacional Especializado*, de Silva, Alves e Soares (2022), foca na formação dos professores de AEE e nos desafios estruturais que permeiam essa prática. Os autores discutem a evolução histórica da Educação Especial e do AEE, enfatizando a necessidade de uma formação que transcenda o conhecimento teórico e aborde também as realidades práticas e contextuais das salas de recursos multifuncionais.

Além disso, o estudo destaca a questão da remuneração defasada e da baixa valorização social dos professores de AEE, fatores que contribuem para a precarização do trabalho docente. Essa falta de valorização financeira e social desmotiva os profissionais, dificultando a atração e retenção de docentes qualificados e comprometidos com a educação inclusiva.

No entanto, o artigo também ressalta que o trabalho no AEE pode exigir um empenho adicional por parte do professor. Além de preparar-se para enfrentar os desafios intrínsecos do trabalho com alunos com deficiência, o professor também deve lidar com desafios estruturais, atitudinais e comunicacionais. Em Fortaleza, além desses desafios pode-se acrescentar fatos sobre a cultura escolar, pois há falta de compreensão do que realmente é o AEE e seu funcionamento. Muitos acreditam que é um tipo de terapia distorcendo suas reais funções, sem falar que, por vezes, o professor do AEE nem é considerado professor por muitos profissionais e sim o solucionador de problemas da inclusão escolar. Acontece também de ser excluído do ambiente escolar coletivo nem sendo considerado nas comemorações, aniversários, palestras etc. tendo sua voz e presença silenciadas e sendo considerado apenas quando algum problema precisa ser solucionado.

Esses fatores podem impactar na qualidade do atendimento especializado, mas é fundamental que o professor mantenha o foco na eficácia da aquisição de conhecimento, conheça seus estudantes e não pare de se atualizar.

Outros fatores que podem ser incluídos nessa discussão são a cultura escolar que engendra a inclusão a fatos estruturais, quando na verdade, é bem mais complexa e perpassa principalmente o campo das atitudes. Como por exemplo, para ser um professor inclusivo não é necessário ter apenas as formações o principal, o que requer o professor para ser inclusivo, é conhecer as crianças, saber seus limites e potencialidades, bem como, é um desafio do professor do AEE articular um planejamento colaborativo com todos os professores devido às barreiras atitudinais, porém nem todos os professores estão abertos a inclusão. Entretanto, nosso papel é o de articulação, principalmente, na semana de planejamento, que acontece mensalmente em Fortaleza e é dedicada apenas às orientações ao professor para as adequações necessárias em atividades ou até mesmo para repensar sua prática.

Diante disso, Silva, Alves e Soares (2022) analisam que, embora a formação do professor seja um componente importante para a implementação bem-sucedida do AEE, é igualmente relevante garantir que os professores tenham suporte

para superar as dificuldades estruturais e contextuais que possam afetar a qualidade do atendimento. O artigo enfatiza a necessidade de um equilíbrio entre a formação adequada e o enfrentamento das condições adversas para assegurar que os alunos com deficiência recebam uma educação de qualidade e inclusiva.

Em suma, os autores concluíram que os desafios estruturais, remuneração defasada, baixa valorização social “[...]estrutura física da escola, ponto de vista subjetivo dos profissionais e comunidade escolar, da relação havida entre o professor titular e o professor da Sala de Recursos Multifuncionais, da sala de educação comum e os demais órgãos de educação.” (SILVA, ALVES e SOARES, 2022, p. 9) são as principais fragilidades enfrentadas. Outras questões estão além da escola e apenas mudanças significativas na cultura por meio de políticas públicas poderiam tentar resolver.

Nesse sentido, podemos traçar um paralelo entre as considerações de Silva, Alves e Soares (2022) com a realidade fortalezense. Por exemplo, um dos maiores desafios além da cultura escolar e da articulação com outros atores é a disparidade entre o número de alunos atendidos, uma vez que atualmente um professor acompanha os Centros de Educação Infantil (CEI), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a escola na qual está o espaço da SRM (Fortaleza, 2024).

Em média, um professor atende no mínimo 80 crianças e/ou jovens e adultos, considerando-se que em Fortaleza o horário de planejamento é garantido e retira-se 13 horas semanais para planejar. Então, a atuação é fragilizada e a qualidade necessária não condiz com a realidade, exige-se uma demanda crescente por profissionais qualificados e que se interessem pela área.

Em consonância, o artigo *Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais*, de Figueiredo e Silva (2022), aborda a discrepância entre a legislação que orienta o AEE e a realidade enfrentada pelos professores nas salas de recursos multifuncionais. Os autores argumentam que, embora existam diretrizes legais que promovem a educação inclusiva, a implementação dessas políticas é frequentemente prejudicada por condições inadequadas nas escolas.

A falta de recursos materiais e humanos é apontada como um dos principais obstáculos, comprometendo a qualidade do atendimento e gerando uma sobrecarga de trabalho para os professores. O estudo também ressalta o impacto dessa discrepância na saúde mental dos docentes, que se veem pressionados a cumprir exigências legais em um ambiente que não oferece o suporte necessário.

Os resultados revelaram que as professoras enfrentam uma série de desafios devido à defasagem entre as diretrizes legislativas e a realidade prática do AEE. Essas profissionais frequentemente se veem obrigadas a “se desdobrar” para suprir as lacunas existentes entre o que é prescrito e o que realmente ocorre nas salas de recursos. A pesquisa identificou que, devido à sobrecarga e às dificuldades relacionadas à organização do trabalho, as docentes vivenciam constantes sofrimentos patológicos e criativos. Este cenário de estresse e desgaste é tão intenso que algumas professoras consideraram deixar suas funções no AEE.

O estudo de Figueiredo e Silva (2022) ilustra a complexidade e os desafios enfrentados pelos professores de AEE, evidenciando a necessidade de uma maior adequação entre as políticas e a prática real para melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento oferecido aos alunos. A pesquisa sublinha a urgência de ajustes nas políticas educacionais e de suporte institucional para garantir que os profissionais possam desempenhar suas funções de maneira mais eficaz e com menor impacto negativo em sua saúde mental.

Por fim, fora do triênio (2022 a 2023), mas ainda assim analisado, o artigo intitulado *Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial* de Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) buscou traçar um paralelo entre os desafios descritos pelos autores e os desafios enfrentados pelo professor de AEE em contextos mais amplos, é possível observar várias similitudes.

Um dos pontos centrais discutidos no artigo é a realidade dos Institutos Federais, onde a presença de professores de Educação Especial ainda é limitada. Isso reflete um desafio encontrado em diversas instituições educacionais, onde a escassez de profissionais especializados compromete a qualidade e a abrangência do AEE. Esse problema está diretamente ligado à falta de políticas públicas que garantam a contratação e a formação contínua de educadores especializados, bem como à necessidade de recursos financeiros adequados para suportar essas iniciativas.

O estudo também destaca a importância do trabalho colaborativo entre o professor do AEE e outros profissionais, algo que é frequentemente mencionado como uma prática ideal, mas que enfrenta obstáculos significativos na prática. Nos Institutos Federais, como apontado pelos autores, essa colaboração é importante para a inclusão dos estudantes Público-Alvo da Educação

Especial (PAEE). No entanto, a realidade muitas vezes revela dificuldades na implementação de estratégias conjuntas devido à falta de comunicação, recursos insuficientes, e a sobrecarga de trabalho que recai sobre os profissionais envolvidos. Esses desafios são amplamente reconhecidos no contexto do AEE em geral, onde a falta de tempo e a elevada demanda por atendimento individualizado tornam a colaboração um objetivo difícil de alcançar.

Além disso, o artigo enfatiza que a atuação do professor de Educação do AEE é indispensável para garantir a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Esse ponto reflete um dos principais desafios enfrentados por professores de AEE em todos os níveis de ensino: a necessidade de adequar práticas pedagógicas e recursos para atender às necessidades específicas dos estudantes, o que exige uma formação teórico-prática contínua. No entanto, como discutido anteriormente, a formação inicial dos professores de AEE muitas vezes não é suficiente para prepará-los para essas demandas, e as oportunidades para desenvolvimento profissional acadêmico são limitadas.

Portanto, a pesquisa de Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) também evidencia a importância de ações planejadas a curto, médio e longo prazo para a inclusão dos estudantes com deficiência. Este planejamento é essencial para a sustentabilidade das práticas inclusivas, mas enfrenta desafios como a falta de diretrizes claras e de apoio institucional consistente.

Nos Institutos Federais e em outros contextos educacionais, a ausência de um plano de ação bem estruturado pode levar à implementação fragmentada e ineficaz das políticas de inclusão, resultando em experiências educacionais subótimas para os estudantes com ou sem deficiência.

Em conclusão, o estudo de Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) ilumina os desafios significativos enfrentados pelos professores de Educação Especial nos Institutos Federais, desafios que ecoam em outros contextos de AEE. A análise sublinha a necessidade urgente de políticas educacionais pertinentes com a realidade e recursos adequados para apoiar os profissionais de AEE, garantindo que todos os estudantes com ou sem deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade.

A partir dessa análise, observa-se que os desafios enfrentados pelos professores de AEE são multifacetados, abrangendo questões de formação inadequada, falta de recursos, sobrecarga de trabalho, baixa remuneração, adoecimento, cultura escolar, resistência das famílias, falta compreensão sobre o trabalho e desvalorização social. A combinação desses fatores resulta em um

cenário de precarização do trabalho docente, que compromete a qualidade da educação oferecida. Esses estudos, portanto, sublinham a urgência de políticas educacionais mais eficazes e de uma maior valorização dos profissionais de AEE, a fim de garantir uma educação inclusiva de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado é essencial na inclusão de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996). No entanto, a prática do AEE enfrenta diversos desafios que afetam tanto a qualidade do atendimento quanto o bem-estar dos profissionais envolvidos.

Em síntese, a formação inicial dos professores de AEE muitas vezes não atende adequadamente às especificidades do campo, como evidenciado por Oliveira Neta, Solon e Falcão (2024). A preparação teórico-prática muitas vezes revela-se insuficiente, resultando em inseguranças e desafios contínuos para os profissionais recém-ingressantes.

Apesar dos esforços em formação continuada, a lacuna entre o conhecimento teórico e a prática real, ressalta a necessidade de uma formação alinhada com as demandas do AEE. A baixa remuneração é um desafio significativo que afeta a motivação e a atratividade da profissão de professor de AEE e de todos os profissionais da educação. Barbosa (2011) aponta que a inadequação salarial contribui para a precarização do trabalho docente e dificulta a retenção de profissionais qualificados. A falta de valorização social e a remuneração insuficiente desincentivam a permanência na profissão e comprometem a qualidade do trabalho realizado pelos professores de AEE.

A discrepância entre o número de alunos e a quantidade de professores disponíveis para o AEE resulta em uma sobrecarga significativa. Figueiredo e Silva (2022) destacam que muitos professores enfrentam dificuldades em atender adequadamente um número elevado de estudantes devido às limitações de tempo e recursos. A necessidade de atendimento individualizado para muitos alunos é frequentemente sacrificada, comprometendo a eficácia do AEE e a qualidade do suporte oferecido.

A falta de recursos materiais e tecnológicos adequados representa um obstáculo crítico no trabalho. A ausência de ferramentas e tecnologias assistivas limita as possibilidades de intervenção. De acordo com Figueiredo e Silva

(2022), a carência de políticas públicas eficazes e de suporte institucional agrava esses desafios, criando barreiras adicionais para a implementação de práticas inclusivas.

A colaboração entre professores de AEE, professores comuns, famílias e a gestão escolar impacta sobremaneira o sucesso da inclusão. No entanto, a falta de comunicação e parceria frequentemente dificulta o desenvolvimento de estratégias conjuntas. Estudos como os de Anjos, Vasconcelos e Caliman (2021) e Guimarães (2016) evidenciam que a construção de uma rede de apoio sólida requer um investimento significativo de tempo e esforço. A ausência de planejamento coordenado pode levar a uma implementação fragmentada das práticas inclusivas. Os sujeitos podem se sentir isolados em suas funções não contribuindo realmente para desenvolvimento de uma cultura inclusiva.

Os aspectos emocionais e psicológicos do trabalho no AEE são igualmente relevantes. Figueiredo e Silva (2022) ressaltam que o estresse e o sofrimento relacionados às condições adversas de trabalho têm um impacto profundo na saúde mental dos profissionais. O adoecimento psíquico é um fator crítico que compromete o bem-estar dos professores e a eficácia do atendimento especializado oferecido.

Vale ressaltar que a pesquisa desenvolvida tem o intuito de contribuir para a área, promovendo reflexões sobre o professor do AEE e os desafios de sua atuação. A intenção não é culpabilizar a educação ou os professores, pelo contrário, é exaltar a atuação desses profissionais diante de tantas adversidades. Também pretendeu-se narrar sobre suas angústias de modo a repensar a cultura educacional e as barreiras existentes, uma vez que adoecimento, desistências, desvalorização social, remuneração inadequada e sobrecarga são desafios comuns a todos os professores.

Destaca-se também que o professor do AEE não está em voga para dificultar vidas, mas para contribuir com todos, auxiliando na eliminação das barreiras existentes. Porém, a inclusão não é papel apenas de um profissional, a inclusão é responsabilidade de todos! Alguns temas foram pouco explorados neste artigo, mas a saúde mental desses profissionais deve ser levada em conta em pesquisas futuras, afinal, sobrecarga psicológica é uma realidade crescente. Os direitos também devem ser considerados, a cultura escolar com ênfase nas atitudes também são pontos para aprofundamentos futuros.

Os desafios enfrentados pelos professores de AEE são complexos e multifacetados, exigindo abordagens integradas para garantir uma educação

inclusiva de qualidade. A melhoria das condições de trabalho, a adequação da formação inicial e continuada, a valorização profissional e o suporte institucional são essenciais para superar essas dificuldades. Para que o AEE possa cumprir sua função de promover a inclusão e a autonomia dos alunos público-alvo da Educação Especial, é fundamental que as políticas educacionais e práticas de gestão abordem essas questões e sejam condizentes com a realidade.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, R. de C. A. A. dos; VASCONCELOS, I. C. O. de; CALIMAN, G. A colaboração entre o atendimento educacional especializado e a comunidade escolar. **Revista Intersaberes**, [S. l.], v. 16, n. 37, p. 280–305, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i37.1930. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1930>. Acesso em: 13 set. 2024.

BARBOSA, A. Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – **Universidade Estadual Paulista**, 2011.

BRASIL. Governo Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEED, 2008.

CINTRA, E. M. D. . O gênero memorial descritivo: relato de uma experiência de ensino. **Linguagem Em (dis)curso**, 2020. 20(2), 321–339. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-200206-5619>. Acesso em: 13 set. 2024.

FIGUEIREDO, S. L. de., & SILVA, E. F. da. . Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). **Psicologia: Ciência E Profissão**, 42, 2022. e230191. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230191>. Acesso em: 13 set. 2024.

FORTALEZA. Orientações pedagógicas para a Educação Inclusiva e Diversidade. **Prefeitura Municipal de Fortaleza**. 2024. Disponível em: [https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9395:sme-](https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9395:sme-)

[-publica-documentos-de-orienta%C3%A7%C3%B5es-pedag%C3%B3gicas-para-o-ano-letivo-2024&catid=79&Itemid=509](#). Acesso em: 20 de maio de 2024.

MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 9. ed. São Paulo: **Cortez**, 2004. p. 47-58. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v.11).

OLIVEIRA, M. F. de. . Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: **UFG**, 2011. 72 p.: il.

OLIVEIRA NETA, A. de S., SOLON, T. F., & FALCÃO, G. M. B.. Professores ingressantes no Atendimento Educacional Especializado: Vozes registradas em cartas narrativas. **Revista Contexto & Educação**, 2024. 39(121), e15542. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.15542>. Acesso em: 13 set. 2024.

POSSA, J. D. B.; PIECKOWSKI, T. M. Z.. Desafios docentes para a atuação no Atendimento Educacional Especializado. **Revista Educação Especial**, vol. 33, 2020, -, pp. 1-23 Universidade Federal de Santa Maria Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X36231>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, J. P. A. da .; ALVES, P. S. D.; SOARES, Z. C. B. . Teacher training within the scope of the Specialized Educational Service. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e118111436056, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36056>. Acesso em: 13 set. 2024.

VOSGERAU, D. S. R. & ROMANOWSKI, J. P. . Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, 2014. 14(41), 165-189. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>. Acesso em: 13 set. 2024.

ZERBATO, A. P., VILARONGA, C. A. R., & SANTOS, J. R.. . Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. **Revista Brasileira De Educação Especial**. 27, 2021. e0196. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003119556>. Acesso em: 13 set. 2024.